



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA  
ESTADO DO PARANÁ



**P A R E C E R N.º 064/2025, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**

**Ementa:** Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 070/2025 que revoga o inciso VI, do artigo 9, da Lei Municipal nº 2.250/2022.

**1. RELATÓRIO**

O projeto de lei revoga o inciso VI, do artigo 9º, da Lei Municipal 2.250/2022. O citado artigo 9º enumera as pessoas que estão aptas a votar para diretores das Escolas e CMEIs de Guaíra, sendo eles:

- I – profissionais do quadro próprio do magistério que estejam em exercício na instituição educacional;*
- II – candidatos à função de direção na instituição educacional;*
- III – servidores efetivos em exercício na instituição educacional;*
- IV – pais ou responsáveis, perante a instituição educacional, pelo aluno menor de dezesseis anos;*
- V – aluno com no mínimo dezesseis anos completos até a data da consulta.*
- VI – A Secretaria Municipal de Educação representada por sete membros que irão acompanhar o processo consultivo.*

Com a alteração proposta, a Secretaria Municipal de Educação não teria mais direito a voto, devendo apenas organizar e fiscalizar a eleição.

Conforme parecer jurídico, a iniciativa deste projeto é geral, portanto, a propositura por vereadores é constitucional. O assunto abordado não contraria materialmente a Constituição, portanto, o projeto está apto a tramitar.

Eis o relatório.

**2. VOTO DO RELATOR**

Compete a esta Comissão analisar a constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e juridicidade da proposição. A matéria está inserida na competência legislativa reservada pelo artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 17, I, da Constituição do Estado do Paraná.

Quanto à iniciativa está é geral, sendo, portanto, legítima a iniciativa





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



dos vereadores, conforme previsto no artigo 65, da Constituição do Estado do Paraná, aplicada ao Município pelo princípio da simetria.

Sob o aspecto formal, o projeto está redigido de maneira clara e atende às exigências de técnica legislativa, observando as normas da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e consolidação das leis.

No aspecto material, não há conflito com princípios ou dispositivos da Constituição Federal, tampouco com a legislação infraconstitucional aplicável.

Portanto, a matéria inserida no projeto de Lei é, outrossim, formal e materialmente constitucional. Dito isto, **meu voto é favorável a tramitação do Projeto de Lei nº 070/2025.**

Sala de Reuniões, em 05 de novembro de 2025.



**ADRIANO CEZAR RICHTER**  
Relator

### **3. PARECER DA COMISSÃO - FAVORÁVEL**

Os demais membros da Comissão acompanharam o voto do relator, sendo a conclusão da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça pela **tramitação do Projeto de Lei nº 070/2025.**

Sala de Reuniões, em 05 de novembro de 2025.



**GIVANILDO JOSÉ TIROLTI**  
Presidente



**CRISTIANE GIANGARELLI**  
Secretária